

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Portaria n.º 51/2018 de 18 de maio de 2018

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 57/2010, de 13 de maio, foi criado o Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo das embarcações da frota regional de pesca.

Pela Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 25/2012, de 17 de fevereiro, foi definido o método do cálculo do montante anual a atribuir a cada armador por cada tripulante seguro, bem como as regras relativas à atividade e descargas da embarcação, à tramitação do processo de candidatura, ao controlo administrativo e ao pagamento do apoio financeiro.

A experiência acumulada aconselha a alteração do período de candidatura, passando a ser único para cada ano civil.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, nos termos do n.º 10 da Resolução n.º 57/2010, de 13 de maio, conjugado com a alínea a) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Segunda alteração à Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro

O artigo 3.º da Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro que regulamenta o regime de apoio à segurança no trabalho a bordo das embarcações da frota regional de pesca, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...].

2 – [...]

3 - As candidaturas podem ser apresentadas até ao último dia útil de junho de cada ano civil, reportando-se ao ano civil anterior de licenciamento para o exercício da pesca comercial.

4 - [...].

5 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...].”.»

Artigo 2.º

Republicação

É republicada no Anexo I da presente portaria, da qual faz parte integrante, a Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro, com a redação atual.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assinada em 9 de maio de 2018.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 2.º)

Republicação da Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro

Artigo 1.º

Candidaturas

Podem candidatar-se ao regime de apoio à segurança no trabalho a bordo das embarcações da frota regional de pesca criado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 57/2010, de 13 de Maio, os armadores de embarcações de pesca local e costeira, registadas em portos da Região, que nela tenham a sua sede ou domicílio fiscal, e que estejam licenciadas ou autorizadas para o exercício da pesca comercial no Mar dos Açores, no ano a que reporta a candidatura.

Artigo 2.º

Elegibilidade das candidaturas

1 - Sem prejuízo dos números seguintes, são consideradas elegíveis as candidaturas de embarcações que, no ano a que se reporta a candidatura, efetuaram a totalidade das suas descargas nos portos da Região.

2 - Sem prejuízo dos números seguintes, são consideradas elegíveis as candidaturas de embarcações atuneiras de salto-e-vara que, no ano a que se reporta a candidatura, entregaram a totalidade das suas capturas da espécie com a denominação comercial de “bonito” a operadores do sector da transformação ou da comercialização localizados na Região.

3 - No caso de embarcações locais, são consideradas elegíveis as candidaturas de embarcações que apresentem, no ano de referência, valor de descargas de pescado em lota igual ou superior a € 5.000,00 (cinco mil euros).

4 - No caso de embarcações costeiras, são consideradas elegíveis as candidaturas de embarcações que apresentem, no ano de referência, valor de descargas de pescado em lota igual ou superior a € 20.000,00 (vinte mil euros).

5 - No caso de armador que, no ano de referência, tenha substituído a sua embarcação de pesca local, os valores e números de descargas de pescado em lota a analisar podem ser obtidos pelo somatório dos valores e números de descargas de pescado em lota de cada uma das suas embarcações de pesca local.

6 - No caso de armador que, no ano de referência, tenha substituído a sua embarcação de pesca costeira, os valores e números de descargas de pescado em lota a analisar podem ser obtidos pelo somatório dos valores e números de descargas de pescado em lota de cada uma das suas embarcações de pesca costeira.

Artigo 3.º

Apresentação e análise das candidaturas

1 - As candidaturas aos apoios financeiros são apresentadas nos serviços do departamento do Governo Regional competente em matéria de pescas, nas ilhas de São Miguel, Terceira ou Faial ou nas associações representativas do sector nas restantes ilhas, mediante o preenchimento de formulário próprio, constante do Anexo a esta portaria, que dela é parte integrante, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia legível do título válido de identificação civil do candidato;
- b) Cópia legível do título de identificação fiscal do candidato;
- c) Documento comprovativo do Número de Identificação Bancária (NIB) para onde deverá ser efetuada a transferência bancária do apoio;
- d) Declarações das Finanças e Segurança Social certificando situação contributiva do candidato regularizada;
- e) Cópia do rol de tripulação da embarcação relativo ao ano de referência;
- f) Comprovativos da despesa efetuada com o seguro dos tripulantes, no período de referência, titulados em nome do candidato e com referência ao conjunto de identificação, nome da embarcação utilizada e número de tripulantes segurados por cada mês do ano de referência;
- g) Cópia do título de Registo de Propriedade da embarcação e, quando aplicável, contrato de fretamento.

2 - O formulário publicado em anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante, estará disponível nos serviços e entidades referidos no número anterior, bem como eletronicamente.

3 - As candidaturas podem ser apresentadas até ao último dia útil de junho de cada ano civil, reportando-se ao ano civil anterior de licenciamento para o exercício da pesca comercial.

4 - As candidaturas apresentadas são analisadas nos serviços do departamento do Governo Regional competente em matéria de pescas e decididas, por aprovação de lista, pelo membro do Governo Regional com competências em matéria de pescas.

5 - São liminarmente indeferidas, prejudicando o direito ao apoio relativamente ao ano de referência, as candidaturas:

- a) Extemporâneas;
- b) Cujo candidato não possua licença ou autorização para o exercício da pesca comercial no ano de referência;
- c) Cujo candidato não seja titular da propriedade da embarcação ou de contrato de fretamento da embarcação, à data da realização da despesa e no período de referência.

Artigo 4.º

Montantes dos apoios

1 - Sem prejuízo dos números seguintes, o montante máximo de apoio a conceder ao armador é de 200 € (duzentos euros), por cada período de 12 meses de cobertura de seguros de acidentes de trabalho e de incapacidade absoluta ou morte dispendidas com cada tripulante, no ano de referência, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 15/97, de 31 de Maio.

2 – Sempre que o período de cobertura de seguros de um tripulante for inferior a 12 meses, no ano de referência, o montante referido no número anterior é alvo de ajustamento percentual através dos seguintes cálculos:

[(Número de meses com pagamentos de seguros do tripulante no ano de referência) / 12].

3 – Sem prejuízo do n.º 3 do artigo 2.º e da aplicação da percentagem mais favorável para o armador, no caso de embarcações locais, o montante referido no n.º 1 é alvo do seguinte ajustamento percentual:

a) 100%, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número mínimo de 75 descargas em lota ou um valor mínimo de 10.000 € de descargas em lota;

b) 75 %, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número mínimo de 50 descargas em lota ou um valor mínimo de 7.500 € de descargas em lota;

c) 50 %, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número de descargas em lota inferior a 50 ou um valor inferior a 7.500 € de descargas em lota.

4 - Sem prejuízo do n.º 4 do artigo 2.º e da aplicação da percentagem mais favorável para o armador, no caso de embarcações costeiras, o montante referido no n.º 1 é alvo do seguinte ajustamento percentual:

a) 100%, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número mínimo de 40 descargas em lota ou um valor mínimo de 35.000 € de descargas em lota;

b) 75 %, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número mínimo de 30 descargas em lota ou um valor mínimo de 25.000 € de descargas em lota;

c) 50 %, no caso de embarcações, em que no ano de referência apresentem um número de descargas em lota inferior a 30 ou um valor inferior a 25.000 € de descargas em lota.

5 - O montante máximo de apoio a conceder ao armador, pelo conjunto dos tripulantes da sua embarcação, não pode exceder 10% (dez por cento) do valor das suas descargas em lota no ano de referência.

Artigo 5.º

Pagamento dos apoios

- 1 - O apoio atribuído a cada armador é pago, anualmente, numa única prestação.
- 2 - Os encargos com o pagamento dos apoios públicos regionais previstos neste regime são suportados por conta de verbas inscritas no plano de investimentos do departamento do Governo Regional responsável pelas pescas.

Artigo 6.º

Entrada em vigor


A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Artigo 7.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos à data de 1 de Janeiro de 2010.

Anexo

 Governo dos Açores	FORMULÁRIO DE CANDIDATURA	ANO
	REGIME DE APOIO À SEGURANÇA NO TRABALHO A BORDO	_____

Identificação do Requerente	
NOME: _____	B.I.: <input type="text"/>
MORADA: _____	NIF: <input type="text"/>
TELEFONE: <input type="text"/>	ILHA: _____

Nº de Tripulantes Embarcados: <input type="text"/> (_____)	
Nº de Tripulantes segurados durante um período de 12 meses: <input type="text"/> (_____)	
Nº de Tripulantes segurados durante um período inferior a 12 meses: <input type="text"/> (_____)	Nº de Meses com pagamentos de Seguros: <input type="text"/> (_____)

Identificação da Embarcação
NOME DA EMBARCAÇÃO: _____ CONJUNTO DE IDENTIFICAÇÃO: _____

Informação Bancária
NÚMERO IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA: <input type="text"/>

O REQUERENTE
DATA: ____/____/____
Declaro que assumo toda a responsabilidade pela exactidão dos elementos constantes nesta ficha

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A APRESENTAR COM A CANDIDATURA

- a) Cópia do título válido de identificação civil do candidato;
- b) Cópia do título de identificação fiscal do candidato;
- c) Documento bancário com o Número de Identificação Bancária (NIB);
- d) Declarações das Finanças e Segurança Social certificando situação contributiva do candidato regularizada;
- e) Cópia do rol de tripulação relativa ao ano de referência;
- f) Comprovativos de despesa efectuada com os seguro dos tripulantes, no período de referência;
- g) Cópia do Título de Registo de Propriedade da embarcação e, quando aplicável, contrato de fretamento.

Reservado aos Serviços do Departamento das Pescas
RECEPCIONADO EM ____/____/____ a)
Certifico que os elementos constantes desta candidatura estão correctos e foram verificados.
Mais certifico que todos os documentos obrigatórios se encontram no respectivo processo.
O RESPONSÁVEL
_____, ____/____/____ a)
<small>a) (assinatura e indicação do cargo)</small>